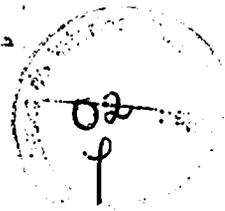
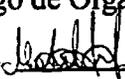




PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
 CORREIÇÃO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU

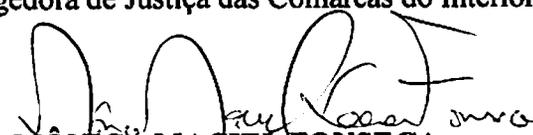


ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze (02.09.2015), às 09h30min, no Fórum da Comarca de Igarapé-Açu, onde presentes se encontravam a Excelentíssima Doutora Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, a Excelentíssima Doutora MÔNICA MACIEL FONSECA, Juíza Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior (CJCI), o Excelentíssimo Doutor JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE, Juiz Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior (CJCI), o Excelentíssimo Doutor ANTÔNIO CARLOS SOUZA MOITTA KUORY, Juiz de Direito Titular da Comarca de Igarapé-Açu, o Excelentíssimo Senhor Defensor Público JOAQUIM AZEVEDO LIMA FILHO os Senhores MARCO ANTÔNIO PEDROSA DE ARAÚJO, JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA, THAIZA MARTINS PEREIRA SUANO DE FARIAS, Assessores Jurídicos da CJCI e CARLOS PINTO DA SILVA JR., Analista Judiciário da CJCI, deu-se por instalada Correição Geral Ordinária na Comarca de Igarapé-Açu, conforme previsto na Lei nº 5.008, de 10/12/1981 - Código de Organização Judiciária do Estado do Pará, art. 164, inciso I, o que, para constar, Eu  (Marco Antônio Pedrosa), lavrei o presente termo, o qual segue devidamente assinado por mim e demais presentes.



  
 Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO  
 Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior

  
 MÔNICA MACIEL FONSECA  
 Juíza Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior

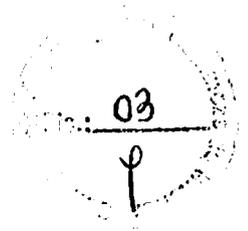
  
 JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE  
 Juiz Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior

NO. PROCESSO: 2015.7.003328-8  
 SECRETARIA CORREGEDORIA INTERIOR  
 Data Cadastro: 01/10/2015  
 CLASSE: ..... CORREIÇÃO - ORDINÁRIA

Partes:  
 REQUERENTE - CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
 ENVOLVIDO - COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**  
**CORREIÇÃO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU**



**ANTÔNIO CARLOS SOUZA MOITTA KUORY**  
Juiz de Direito Titular do Fórum da Comarca de Igarapé-Açu

**JOAQUIM AZEVEDO LIMA FILHO**  
Defensor Público da Comarca de Igarapé-Açu

**JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA**  
Assessora Jurídica

**MARCO ANTÔNIO PEDROSA DE ARAÚJO**  
Assessor Jurídico

*Thaiza Martins P. Suano de Farias*

**THAIZA MARTINS PEREIRA SUANO DE FARIAS**  
Assessora Jurídica

*Carlos Pinto da Silva Jr.*  
**CARLOS PINTO DA SILVA JR.**

Analista Judiciário



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
IGARAPÉ-AÇU



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: IGARAPÉ-AÇU	Partes: REQUERENTE - CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR ENVOLVIDO - COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU
EDITAL Nº: 02/2015	
PERÍODO: 02 e 03/09/2015	
Desembargadora Corregedora: MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO	
Juíza Corregedora: MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA	
<b>1. INFORMAÇÕES GERAIS</b>	
1.1 UNIDADE JUDICIAL: Vara Única da Comarca de Igarapé-Açu	
1.2 COMPETÊNCIA: Vara Única	
1.3 MAGISTRADO (A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY	
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular /Portaria nº 017/2015-SJ	
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Desde Fevereiro/2015	
<b>2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA</b>	
2.1 ENDEREÇO: Av. Barão do Rio branco, s/n, centro	
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Imóvel Próprio. Doado pelo Município de Igarapé-Açu ao governo do Estado do Pará, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.	
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Relacionar e descrever: O imóvel possui 16 salas e 06 banheiros, distribuídos das seguintes formas: Térreo: 2- salas de arquivo geral 1- sala cedida à Defensoria Pública 1- sala de espera. 1- sala de audiência 1- sala gabinete do Juiz 1- sala vazia 1- sala dos oficiais de justiça 1- sala do tribunal do Júri 1- cela 1- copa/cozinha 6- banheiros  1º andar: 2- salas, secretaria cível 2- salas, secretaria criminal	



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
IGARAPÉ-AÇU

<b>2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS:</b> ( ) Boas ( ) Regulares ( X ) Ruins Justificar: O imóvel é antigo e se encontra sem condições adequadas para uma boa prestação dos serviços Jurisdicionais. <b>Observações CJCI:</b> Deve-se providenciar em caráter de urgência, no mínimo, a reforma da sala destinada à Secretaria Criminal, pois esta ocupa o espaço do Serviço Social e possui apenas dois armários para armazenamento dos processos. Conforme informações prestadas pelos servidores, a reforma foi feita em quase todos os compartimentos, mas foi paralisada justamente na sala da Secretaria Criminal. Registre-se que em virtude do imóvel ser antigo, mesmo com a reforma ocorrida em Maio/2015, a estrutura continua precária.
<b>2.5 LIMPEZA E HIGIENE:</b> ( ) Boas ( X ) Regulares ( ) Ruins Justificar: a limpeza é feita regularmente, por pessoal designado tal serviço, cedidos pela Prefeitura. <b>Observações CJCI:</b> As escadas de entrada estão sujas de barro e precisam de pintura. Os banheiros funcionam de forma precária, as descargas praticamente não funcionam.
<b>2.6 MOBILIÁRIO:</b> ( ) Bom ( x ) Regular ( ) Ruim Justificar: A Secretaria Criminal precisa de armários para armazenar processo, pois conta com apenas 01 estante de prateleiras de ferro e 02 armários baixos de madeira. A maioria dos processos fica armazenada em caixas.
<b>2.7 SEGURANÇA:</b> ( ) Boa ( X ) Regular ( ) Ruim Justificar: Apenas um policial militar permanece durante o período de expediente. No período noturno, a vigilância é feita por 02 vigias cedidos pela prefeitura, os quais alternam o turno da noite.
<b>2.8 ACESSIBILIDADE:</b> ( ) Boa ( ) Regular ( X ) Ruim Justificar: Existem dois lances de escadas, dificultando o acesso de cadeirantes e idosos às Secretarias. Os portadores de necessidades especiais só têm acesso ao setor onde ocorrem as audiências.
<b>2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL:</b> ( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim Justificar: Prejudicado, não existe residência oficial na Comarca.
<b>3 MAGISTRADOS</b>
<b>3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:</b> ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY, desde fevereiro de 2015.
<b>3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO:</b> CLÁUDIA REGINA MOREIRA FAVACHO MOURA, de 07/2014 a 02/2015. MAURICIO PONTE FERREIRA DE SOUZA de 2007 a 2014
<b>3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL:</b> Ainda não houve.
<b>3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS:</b> Sim, com o Termo Judiciário de Magalhães Barata.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
IGARAPÉ-AÇU



**3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES**

Relacionar e descrever: Não houve

**3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL:**

Relacionar e descrever: Não houve

**3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:**

JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 - MAURICIO PONTE FERREIRA DE SOUZA	2007	2014
02 - CLAUDIA REGINA MOREIRA FAVACHO MOURA	Julho/2014	Fevereiro/2015

**4 QUADRO FUNCIONAL (Incluindo estagiários e conciliadores):**

**4.1 GABINETE:**

Nome: JAMISSON HELK FONSECA DE JESUS  
Cargo: Auxiliar Judiciário  
Ato de nomeação: Portaria nº 4911/2013-GP  
Ato de lotação: Portaria nº 4911/2013-GP

**4.2 SECRETARIA:**

**SECRETARIA CÍVEL**

Nome: JOANA BENEDITA DA CRUZ MAGALHÃES  
Cargo: Auxiliar Judiciário, exercendo a função de Diretora de Secretaria  
Ato de nomeação: Portaria nº 05/83  
Ato de lotação: Comarca de Igarapé-Açu

Nome: MARIA FRANCISCA NASCIMENTO SANTANA  
Cargo: Auxiliar de Secretaria/cedida pela Prefeitura

Nome: ANDRÉA DO SOCORRO DA SILVA EMIN  
Cargo: Auxiliar de Secretaria/cedida pela Prefeitura

Nome: REJANE CRISTINA EMIN UESUGI  
Cargo: estagiária de Serviço Social

**SECRETARIA CRIMINAL**

Nome: WALDEMIR MARINHO DE ANDRADE JUNIOR  
Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária  
Ato de nomeação: Portaria nº 2434/2011-GP  
Ato de lotação: Portaria nº 2434/2011-GP

Nome: EDI KLEBE MARTINS DA COSTA  
Cargo: Auxiliar de Secretaria  
Ato de nomeação: Portaria nº 1475/2003-GP  
Ato de lotação: Portaria nº 1475/2003-GP

Observação CICI: O servidor Waldemir, lotado na Secretaria Criminal, por designação do Juiz, permanece auxiliando na Distribuição. Assim, o servidor Chefe da Unaj, auxilia a Secretaria Criminal sobretudo porque ocupa o mesmo espaço físico a Secretaria Criminal, a Unaj e o Serviço Social. Por



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
IGARAPÉ-AÇU

tal razão o atendimento do Serviço Social é realizado no corredor do Fórum.

**4.3. OUTROS SETORES:**

**DISTRIBUIÇÃO/PROTOCOLO**

Nome: ABENOR DA SILVA MATOS  
Cargo: Agente de Segurança Judiciário  
Ato de nomeação: Portaria nº 170/81  
Ato de lotação: Portaria nº 170/81

Nome: VALÉRIA MARIA DA CRUZ MAGALHÃES  
Cargo: estagiária

**UNAJ**

Nome: ARTHUR CLÁUDIO DE MELLO RAMOS  
Cargo: Chefe da UNAJ  
Ato de nomeação: Portaria nº 0417/2012-GP  
Ato de lotação: Portaria nº 0417/2012-GP

**SERVIÇO SOCIAL**

Nome: ANTÔNIO MARIA DE ASSIS LISBOA  
Cargo: Analista Judiciário - Assistente Social  
Ato de nomeação: Portaria nº 1595/2012-GP  
Ato de lotação: Portaria nº 1595/2012-GP

**OFICIAIS DE JUSTIÇA:**

Nome: RONILSON TELES DE SOUZA  
Cargo: Oficial de Justiça Avaliador  
Ato de nomeação: Portaria nº 0054/2005-GP  
Ato de lotação: Portaria nº 0054/2005-GP

Nome: SEBASTIÃO RUBENS DA SILVA PONTE  
Cargo: Oficial de Justiça  
Ato de nomeação: Portaria 03/83-GP  
Ato de lotação: Portaria 03/83-GP

Nome: JOÃO LEITÃO TEIXEIRA  
Cargo: Agente de Segurança Judiciário  
Ato de nomeação: Portaria nº 169/61  
Ato de lotação: Portaria nº 169/61

**SERVIÇOS GERAIS:**

Nome: HELENA MARIA LIMA DE SOUZA  
Cargo: Cedida pela Prefeitura

Nome: REGINALDO RODRIGUES MOUSINHO  
Cargo: Cedido pela Prefeitura

Nome: SEBASTIANA LIMA DE SOUZA  
Cargo: Cedida pela Prefeitura

**SEGURANÇA:**

CLECIO MARYS NASCIMENTO FERREIRA  
Cargo: CABO/PM - Cedido pelo 5º BPM



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
IGARAPÉ-AÇU



Nome: FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA  
Cargo: Vigia noturno/ Cedido pela Prefeitura

Nome: JOSÉ MARIA CRUZ DA SILVA  
Cargo: Vigia noturno/Cedido pela Prefeitura

**5 MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA**

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL - PERÍODO DE EXERCÍCIO: FÁBIA MUSSI DE OLIVEIRA LIMA , desde 2012

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular

5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim, eventualmente por diversas unidades próximas.

5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: JOAQUIM AZEVEDO LIMA FILHO, desde Fevereiro/2015

5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular

5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim

**6 APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL**

**6.1 VEÍCULOS:**

**6.1.1 FROTA:**

01- Moto Honda CG 125, placa JT-3865, Belém/PA Tombada n o nº 036597-A.  
01- Carro Ford Fiesta

6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE?

( X ) Sim ( ) Não

Justificar:

**6.2 INFORMÁTICA:**

A Secretaria Criminal está sem impressora.

**6.2.1 ACESSO Á INTERNET:**

( ) Bom ( X ) Regular ( ) Ruim

Justificar: Conexão lenta e com falha constante.

6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 15, que não está atendendo a necessidade da Unidade Judicial, pois a Secretaria Criminal possui 03 e necessita de mais 01.

**6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: LIBRA**

6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): [1igarapeacu@tjpa.ius.br](mailto:1igarapeacu@tjpa.ius.br)

A Diretora de Secretaria é responsável por verificar e o faz diariamente.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
IGARAPÉ-AÇU

<b>7. SECRETARIA JUDICIAL</b>
<b>7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS?</b> (X) Bom ( ) Regular ( ) Ruim Justificar: Considerando a estrutura física e o mobiliário do Fórum.
<b>7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO?</b> ( ) Sim (X) Não Justificar:
<b>7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO?</b> ( ) Sim (X) Não Justificar: Ver Relatório da Correição
<b>7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?</b> ( x) Sim ( ) Não Justificar:
<b>7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?</b> ( x) Sim ( ) Não Justificar: O treinamento constante atualiza os servidores sobre novos procedimentos e mudanças nas legislações.
<b>7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?</b> ( x) Sim ( ) Não Justificar: Secretaria Cível: O gabinete é responsável pelo cadastramento no sistema Libra. <b>Observações CJCI:</b> Secretaria Cível: Eventualmente identifica as audiências a serem realizadas e verifica se há pendência de devolução de mandados/cartas precatórias de intimação de partes e testemunhas, a fim de cobrá-los antes da audiência. A CJCI recomenda que a Secretaria trabalhe conjuntamente com o gabinete, para que lhe seja repassado o cronograma das audiências dos próximos 02 meses para cobrar a devolução da carta precatória e do mandado. A Secretaria Criminal: é feito o acompanhamento, pois se verifica antes da data da audiência, as pendências de devolução de mandado, carta precatória.
<b>7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?</b> ( x) Sim ( ) Não Justificar: Secretaria Criminal: A Secretaria possui cerca de 100 processos pendentes de baixa/arquivamento e não o fez em razão do acúmulo de serviço e carência de servidores. <b>Observações CJCI:</b> Na Secretaria Cível a equipe correicional identificou inúmeros processos com sentença, apenas pendentes de cumprimento de diligências, publicação, certificar o trânsito julgado e proceder arquivamento. A situação encontrada foi tão grave que um servidor da CJCI separou alguns processos para o cumprimento das referidas diligências, tendo em vista que os mesmos



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
IGARAPÉ-AÇU



encontravam-se espalhados pela Secretaria, sem nenhum tipo de critério de organização, situação que reflete na taxa de congestionamento dos processos ativos.

**7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?**

Secretaria Cível: uma vez por semana, mas os mais urgentes são providenciadas prontamente.  
Secretaria Criminal: Eventualmente se faz a publicação, mas a maioria das intimações é pessoal, tendo em vista a natureza das ações e que maioria das partes é patrocinada pela Defensoria Pública.

**8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICCIONAL**

**8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA:**

**TOTAL GERAL 2013: 1.000**

Sentença: 108

Despacho: 414

Decisão interlocutória: 88

Audiências:

-Marcadas: 112

-Realizadas: 259

-Remarcadas: 14

-Não realizadas: 05

-Total: 390

Tribunal do Júri: 00

**TOTAL GERAL 2014: 2.949**

Sentença: 901

Despacho: 1.287

Decisão interlocutória: 234

Audiências:

-Marcadas: 159

-Realizadas: 272

-Remarcadas: 70

-Não realizadas: 26

-Total: 527

Tribunal do Júri: 00

**TOTAL GERAL 2015 (até 01/09): 3.264**

Sentença: 423

Despacho: 1.867

Decisão interlocutória: 596

Audiências:

-Marcadas: 73

-Realizadas: 255

-Remarcadas: 32

-Não realizadas: 18

-Total: 378

Tribunal do Júri: 00

**8.1 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA**

**QUANTIDADE**

<b>CÍVEIS</b>	
<b>CÍVEIS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)</b>	<b>544</b>
<b>CÍVEIS – META 4/2015-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012</b>	<b>19</b>



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
IGARAPÉ-AÇU

AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	216
CÍVEIS – META 6/2015 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012)	12
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	12
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DA META)	746
<b>CRIMINAIS</b>	
PENAS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	345
PENAS – META 4/2015-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012	03 (02 deles não foram distribuídos como Improbidade Administrativa, mas como Ação Ordinária)
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	90
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	67
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	277
EXECUÇÃO PENAL	20 (Nem todos os processos dessa natureza estão constando como pertencentes a nossa Comarca, pois não foram devidamente tramitados pelo Juízo Deprecante), o que também dificulta a movimentação deles)
PENAS (EXCLUÍDOS OS DA META)	544
<b>INFÂNCIA E JUVENTUDE</b>	
ATO INFRACIONAL	80
SITUAÇÃO DE RISCO	05
TUTELA	03
GUARDA	55
ADOÇÃO	08
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	03
<b>CARTAS PRECATÓRIAS</b>	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	84
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	44
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	02
<b>TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FÍSICA</b>	<b>3.028</b>
<b>FEITOS COM TRAMITAÇÃO EXTERNA</b>	<b>292</b>
<b>CONTAGEM FÍSICA + TRAMITAÇÃO EXTERNA</b>	<b>3.320</b>
<b>ACERVO LIBRA</b>	<b>5.155</b>
<b>9 INDICADORES GERAIS</b>	
<b>9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:</b>	
( x ) Sim ( ) Não	
Justificar:	



PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
 IGARAPÉ-AÇU



**9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)**

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2013	1.501	108 (Conforme consta no sistema libra)
2014	1.063	901 (Conforme consta no sistema libra)
2015 (Até 01/09)	1.083	423 (Conforme consta no sistema libra)

**9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:**

( X ) Sim ( ) Não

Justificar:

**Observações CJI:**

Secretaria Cível: Os Únicos que não estão identificados são os de idosos e das metas de 2015 do CNJ.  
 Secretaria Criminal: Os únicos identificados são os de réus presos e cartas precatórias. Os de violência doméstica são acondicionados em caixas identificadas.

**9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:**

- ( 1 ) INICIAIS;
- ( 1 ) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ
- ( 2 ) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;
- ( 2 ) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:
- ( 1 ) IDOSO;
- ( 1 ) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;
- ( 1 ) AÇÕES DE ALIMENTOS;
- ( 1 ) RÉU PRESO;
- ( 1 ) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;
- ( 1 ) ALVARÁ DE SOLTURA;
- ( 3 ) POR ORDEM CRONOLÓGICA
- ( 2 ) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;
- ( 4 ) OUTRO

**OBSERVAÇÕES:**

**9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ**

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA		X
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS		X
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		X
INFOJUD		X
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES		X
		<b>Observações CJI:</b>



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
IGARAPÉ-AÇU

		alguns meses de 2014 e 2015 foram cadastrados
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIIS	X Observações CJCI: Pendências em alguns meses de 2015	
INFOSEG		X
CNACL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI		X
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO		X
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA		X
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)		X
<b>9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?</b> ( ) Sim ( X ) Não Justificar: Não há procedimentos desta espécie em trâmite na Unidade Judicial.		
<b>10. INDICADORES CÍVEIS</b>		
<b>10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011):</b> Acervo da meta: 2.595 Alvo: 2.076 Julgados até 2014: 1.437 Julgados 2015 (até 30/06/2015): 41 Total de Julgados: 1.478 Pendentes: 1.117, dos quais 631 são ações cíveis Necessidade de julgamento para atingir a meta: 598 Porcentagem de cumprimento: 56,96% Meta não cumprida		
<b>10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Sim</b>		
<b>10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015 AS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012):</b> Acervo da meta: 13 Alvo: 13 Julgados até 2014: 03 Julgados 2015: 00 Total de julgados: 03 Pendentes: 10 Necessidade de julgamento para atingir a meta: 10 Porcentagem de cumprimento: 23,08% Meta não cumprida		
<b>10.4 CONCESSÃO, INDEFERIMENTO OU NÃO APRECIÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:</b> Não há nenhum pedido desta natureza pendente de análise.		



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
IGARAPÉ-AÇU



11. INDICADORES CRIMINAIS
<b>11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011):</b> Acervo da meta: 2.595 Alvo: 2.076 Julgados até 2014: 1.437 Julgados 2015 (até 30/06/2015): 41 Total de Julgados: 1.478 Pendentes: 1.117, dos quais 439 são ações criminais <b>Necessidade de julgamento para atingir a meta: 352</b> Porcentagem de cumprimento: 20% <b>Meta não cumprida</b>
<b>11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS:</b> A Unidade Judicial não sabe precisar tal quantitativo, pois a partir do momento em que é o preso custodiado, não mantém tal controle.
<b>11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS:</b> 57 (cinquenta e sete)
<b>11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS:</b> ( ) Sim ( ) Não Justificar: Prejudicado, pois a Unidade Judicial não sabe precisar tal quantitativo, pois a partir do momento em que é o preso custodiado, não mantém tal controle.
<b>11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ:</b> ( x ) Sim ( ) Não Justificar:
<b>11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR?</b> ( x ) Sim ( ) Não Justificar:
<b>11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009):</b> A secretaria não mantém controle dos processos cuja denúncia tivesse sido recebida até 31/12/2009. O sistema Libra fornece tão somente a informação dos processos distribuídos e julgados por ano. Nesse sentido, foi possível extrair os seguintes dados: Total de processos distribuídos até 31/12/2009: 88, dos quais 40 já foram julgados. Grau de cumprimento: 45,45% <b>Meta não cumprida.</b>
<b>11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES:</b> 01  Observações CJCI: No sistema libra não constam cadastros de julgamento do Tribunal do Júri desde 2013.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
IGARAPÉ-AÇU

<b>12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE</b>
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: 01 (um)
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: 01 (um)
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: 01 (um)
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? ( X ) Sim ( ) Não Justificar: São prontamente remetidas à análise.
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: 01 (um)
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: ( ) Sim ( X ) Não Justificar: São fiscalizadas pelo CREAS.
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Não, os adolescentes são remetidos ao CIAM, localizado em Belém.
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? C.M.D.A., Conselho Tutelar e CREAS.
<b>12 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL</b>
13.1 EXISTEM PROCESSOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE? ( X ) Sim ( ) Não Justificar: Em razão da carência de servidores e acúmulo de serviço.
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? ( x ) Sim ( ) Não Justificar: Em razão da carência de servidores com formação em Direito.  Observações CJCI: Em todos os processos analisados por amostragem, não existe o atestado de pena a cumprir.
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO?





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
IGARAPÉ-AÇU

16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 12		
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 12		
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: A Unidade Judicial não sabe precisar tal quantitativo.		
<b>16 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA</b>		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: A Unidade Judicial não sabe precisar tal quantitativo em razão de manter tal controle. O sistema Libra acusa 3.128 processos paralisados há mais de 100 dias.		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: A Unidade Judicial não saber precisar tal quantitativo em razão de manter tal controle.		
Observações CICI: Foram encontrados diversos processos em Secretaria pendentes de cumprimento de decisão/despacho, conforme relatório de análise processual em anexo.		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 07 iniciais.		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 63		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 12		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA: Relação em anexo		
NOME	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? ( x ) Sim ( ) Não Justificar: Eventualmente é feita a cobrança, conforme o manuseio dos autos e a cobrança das partes. Cobra-se verbalmente.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	178	09/06/2009
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	79	22/04/2014
17.7.3 ADVOGADO	35	23/08/2007
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSOS EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? ( X ) Sim ( ) Não Justificar: Através de ofício e publicação no DJe.		
<b>17 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CIGI E Nº 04/2014-CIGI)</b>		



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
IGARAPÉ-AÇU



<b>18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ?</b> ( x ) Sim ( ) Não Justificar: Somente no sistema Libra.	
<b>18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS?</b> ( x ) Sim ( ) Não Justificar:	
<b>18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS?</b> ( x ) Sim ( ) Não Justificar:	
<b>18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS: Relação em anexo</b>	
BEM	PROCESSO
<b>18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO?</b> ( ) Sim ( x ) Não Justificar:	
<b>18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)?</b> ( x ) Sim ( ) Não Justificar:	
<b>18 - CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS</b>	
<b>19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE?</b> ( X ) Sim ( ) Não	
<b>19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ?</b> ( X ) Sim ( ) Não Justificar:	
<b>19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?</b> ( ) Sim ( X ) Não Justificar:	
<b>19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL?</b> ( X ) Sim ( ) Não ARTHUR CLAUDIO	
<b>19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO?</b>	



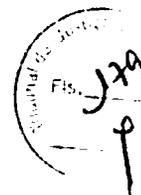
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR  
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
IGARAPÉ-AÇU

<input checked="" type="checkbox"/> Sim Justificar:	<input type="checkbox"/> Não
<b>19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?</b> <input checked="" type="checkbox"/> Sim Justificar:	<input type="checkbox"/> Não
<b>19 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:</b>	
Não foram apresentadas considerações.	
<b>20 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:</b>	
Não foram apresentadas considerações.	

Igarapé-Açu, 03/09/2015.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



Processo nº: 2015.7.003328-8

**CORREIÇÃO ORDINÁRIA DA COMARCA DE IGARAPÉ AÇU E DO TERMO DE MAGALHÃES BARATA.**

**1 – COMARCA DE IGARAPÉ AÇU:**

**Período: 02 a 03 de setembro de 2015.**

No dia 02 de setembro de 2015, às 09:30 horas, no Fórum da Comarca de Igarapé-Açu, a Exma. Sra. desembargadora Corregedora de Justiça da CJCI declarou aberta a audiência pública, destacando a importância da realização das correções ordinárias e a função da Corregedoria como órgão de orientação e de colaboração. Os Juizes auxiliares Dr. José Antônio Ferreira Cavalcante e Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca, também expuseram a finalidade da correção ordinária de orientação, de fiscalização e de busca por melhorias na prestação jurisdicional, colocando-se à disposição do Juiz e dos servidores, para qualquer esclarecimento.

O Juiz Antônio Carlos Koury expôs a questão da dificuldade relacionada à estrutura física e ao quadro de pessoal, e informou ter formalizado pedido à Presidência do TJPA. Ressaltou a melhoria dos serviços da comarca, após a lotação de assistente social em Igarapé Açu.

O servidor Arthur, lotado na UNAJ e auxiliando as atividades da Secretaria na parte criminal, expôs a dificuldade que os servidores possuem em virtude do problema da estrutura física do prédio do Fórum, do espaço para trabalharem, além da deficiência do quadro de pessoal. Expôs que a movimentação processual cresceu após a chegada do juiz Antônio Carlos Koury. Aguardam 05 (cinco) meses pela conclusão da reforma do prédio. A parte elétrica está com problemas. Queimaram computadores e houve princípio de incêndio. Problemas maiores: servidores, parte elétrica, estrutura física, quadro de pessoal.

O servidor Antônio Lisboa, assistente social da comarca, informou sobre o problema do espaço físico e sobre a dificuldade na utilização do Sistema, principalmente na época de chuvas. Sua sala está ocupada e precisa atender as pessoas no corredor do Fórum. Expôs que o juiz Koury tem dado celeridade aos processos.

A servidora Maria Francisca, cedida pela Prefeitura Municipal, declarou que o juiz Koury está despachando e decidindo com tanta rapidez que a Secretaria não está conseguindo acompanhar. Há 80 mandados por fazer. As tramitações se encontram prejudicadas ante o quadro funcional.

O servidor Adenor, que trabalha na distribuição e no Protocolo, informou

Mônica Maciel Soares Fonseca  
Juiza Auxiliar da Corregedoria de  
Justiça das Comarcas do Interior

1



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

sobre vários problemas com a internet. Relatou que durante 4 meses, ficaram pedindo ajuda, aguardando soluções para o problema, tendo ficado um lote de processos na espera para distribuição e depois foi auxiliado por outros servidores. Chegou a acumular o serviço para distribuir lotes de petições.

O servidor Klebe, responsável pelos processos criminais, relatou que está sozinho trabalhando com todos os processos incluindo os processos de execução penal, sendo auxiliado somente pelo servidor Arthur, lotado na UNAJ.

As considerações se encontram expostas na Ata da audiência pública de abertura da correição, em anexo.

**Juiz titular da Vara única da Comarca:**

**ANTÔNIO CARLOS DE MOITTA KOURY, desde fevereiro de 2015.**

**GABINETE:**

No Gabinete e na Sala de Audiências, há um servidor auxiliar judiciário, concursado do TJPA, que auxilia na realização das audiências.

No período da correição, o Magistrado se encontrava sem assessor, pois o assessor anteriormente nomeado havia sido removido para uma Vara Distrital Mosqueiro.

O gabinete realiza o cadastramento das audiências no Sistema Libra e também os despachos e as decisões do magistrado.

Eventualmente, são identificadas no gabinete as audiências a serem realizadas, verificando se há pendência na devolução de mandados/cartas precatórias de intimação de partes e testemunhas, a fim de cobrá-los antes da audiência. Há necessidade de um trabalho conjunto da secretaria com o gabinete, para que seja repassado a este o cronograma de audiências, com antecedência, para cobrança de devolução de cartas precatória e de mandados de intimação (partes e testemunhas).

**SECRETARIA:**

Há um total de 08 (oito) servidores concursados do TJE, incluindo o servidor do gabinete, e há 02 (duas) servidoras cedidas pela Prefeitura Municipal (auxiliares de Secretaria). Há 02 (dois) oficiais de Justiça.

A Secretaria é dividida fisicamente em duas salas, uma para o cível e outra para os processos de competência criminal.

**SECRETARIA CÍVEL:**

Mônica Madel Soares Fonseca  
Juiza Auxiliar da Corregedoria de  
Justiça das Comarcas do Interior

2  
Koury



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**



Funciona em uma sala, na parte de cima do prédio do Fórum, um pouco distante do Gabinete e da sala de audiências, e atuam no local 01 (uma) servidora auxiliar Judiciário, que exerce a função de Diretora de Secretaria, 02 (duas) servidoras auxiliares de Secretaria, cedidas pela Prefeitura Municipal, e 01 (uma) estagiária do Serviço Social.

Devido à não conclusão da Reforma, as pastas se encontram amontoadas em um local, para posterior organização.

A Secretaria do cível não separa os processos por ato processual, e não mantém um critério de organização, de modo que há necessidade de se reformular a disposição dos processos em Secretaria, organizando-os em prateleiras, para armazenamento dos processos que aguardam devolução de mandados, dos que aguardam devolução de carta precatória, dos que aguardam designação de data para realização do exame de DNA, entre outros, conforme atos que requerem diligências da Secretaria.

A maioria dos processos estão devidamente registrados no Sistema, porém alguns apresentam tramitação muito antiga, devido à crescente demanda, e o número de servidores. Todos os processos são tramitados externamente, com o devido cadastramento no Sistema Libra.

Foram identificados inúmeros processos com sentença prolatada, pendentes somente de cumprimento de diligências, entre as quais, publicação, certidão do trânsito em julgado e arquivamento. Um servidor da equipe de Correição da CJCI separou alguns processos para cumprimento das referidas diligências, tendo em vista que se encontravam espalhados pela Secretaria, sem nenhum tipo de critério de organização, situação que reflete na taxa de congestionamento dos processos que aparecem como ativos.

A publicação e a conferência da resenha são realizadas uma vez por semana, sendo que os processos mais urgentes são providenciados prontamente.

Verificou-se, na Secretaria, 50 (cinquenta) processos com decisões pendentes de publicação. A publicação deveria ser feita diretamente no Sistema Libra, pois desse modo, há possibilidade de se extrair a resenha das decisões, sem precisar editá-las, uma a uma. Para tanto, há necessidade de se ativar o nome do advogado habilitado.

Não há critério com relação à publicação dos despachos e decisões, tendo sido encontrados diversos processos com sentenças prolatadas, sem publicação, entre os quais, processos da Meta 02 do CNJ. Ex: 0000584-65.2007.8.14.0021; 0000240-26.2011.8.14.0021; 0001095-55.2011.8.14.0021; 0001206-05.2012.8.14.0021; 0001513-56.2012.8.14.0021.

Mônica Maciel Soares Fonseca  
Juíza Auxiliar da Corregedoria de  
Justiça das Comarcas do Interior



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

A Secretaria não utiliza como ferramenta de intimação de despachos e decisões a publicação via Diário Eletrônico, mas sim a expedição de carta/mandado de intimação, o que não somente ocasiona atraso no serviço, como gera sobrecarga de trabalho desnecessária aos servidores.

Os processos de idosos e os processos das Metas 02, 04 e 06 do CNJ não se encontram identificados, nem separados dos demais.

Na análise por amostragem dos processos, foi verificada a paralisação das cartas precatórias, inclusive duas de 1999. As cartas precatórias não estão com o andamento em dia, encontrando-se paralisadas, não havendo o cumprimento das determinações do magistrado. As cartas precatórias mais antigas foram encontradas empilhadas e separadas das demais. Não há controle/cobrança das cartas precatórias com prazo extrapolado.

Havia 01 carta precatória recebida em papel de fax, sem cópia, de modo que já se encontrava apagada.

Desde 2013, não há cumprimento da Meta 01 do CNJ (julgamento no ano de um número maior de ações do que as distribuídas).

Há 631 (seiscentos e trinta e um) processos cíveis da Meta 2 do CNJ (ações distribuídas até 31/12/2011), há 19 (dezenove) da Meta 04 do CNJ (ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2012) e há 10 (dez) processos da Meta 06 do CNJ (ações coletivas distribuídas até 31/12/2012).

Há 746 processos cíveis, de acordo com a contagem física, excluídos os das Metas do CNJ.

As decisões judiciais não estão sendo cumpridas integralmente, antes de os autos serem remetidos ao gabinete do magistrado, o que leva à necessidade de prolação de novo despacho para cumprimento do despacho anterior.

No Sistema Libra, constava o número de 5.621 (cinco mil, seiscentas e vinte e uma) petições pendentes de juntada.

Verificou-se a necessidade de lotação de um analista judiciário com formação jurídica em Secretaria, bem como a necessidade de reorganização da secretaria, com divisão de tarefas entre os servidores, e de cursos de capacitação para melhor utilização do Sistema Libra, o que facilitará, por exemplo, a publicação, com extração de resenha.

Observou-se que mais de 90% dos processos se encontram sem movimentação há mais de 100 (cem) dias. O Sistema Libra acusa 3.128 processos paralisados há mais de 100 dias, do total de 3.220.

Mônica Maciel Soares Fonseca  
Juíza Auxiliar em Corregedoria de  
Justiça das Comarcas do Interior



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**



Há processos com carga para o Ministério Público desde 09/06/2009, com advogado, desde 23/08/2007 e com a Defensoria Pública, desde 22/04/2014.

Há um total de 3.320 (três mil, trezentos e vinte) processos em tramitação (cíveis e criminais), de acordo com a contagem física mais tramitação externa, e 5.155 (cinco mil, cento e cinquenta e cinco) processos, de acordo com o Sistema Libra.

**SECRETARIA CRIMINAL:**

Está funcionando temporariamente na sala do Serviço Social, antes ocupada somente pelo Assistente Social, em um espaço pequeno para a quantidade de processos. Como não está funcionando em sala própria, e possui apenas dois armários, a maioria dos processos permanece em caixas, mas se encontram devidamente separados por ato processual. Há pastas também de alvarás e de ofícios.

Estava sendo mantida a tramitação interna até o início da reforma, que bagunçou o trabalho que havia sido realizado. Atualmente a Secretaria do Criminal mantém a tramitação interna dos processos que estão em caixas, separadas por ato processual, entretanto, em razão da falta de mobiliário, muitos processos se encontram em cima de mesas e de cadeiras sem tramitação interna.

Todos os processos são tramitados externamente no Sistema Libra.

Há somente um servidor, Edi Klebe, responsável pelo cumprimento das diligências. O servidor Waldemir, que se encontra lotado na Secretaria criminal, permanece auxiliando a distribuição, por designação do Juiz.

O servidor Arthur, lotado na Unaj, auxilia nos serviços da Secretaria do criminal. O assistente Social, Sr. Antônio Lisboa, tem que fazer, muitas vezes, atendimentos no corredor do Fórum, em virtude da falta de espaço para o atendimento.

Houve informação de que a parte elétrica está prejudicada, e que já teve um princípio de incêndio. Há cinco meses aguardam a conclusão da reforma do prédio do Fórum.

A Secretaria criminal antes funcionava onde agora está funcionando temporariamente a Secretaria Cível, porque precisaram desocupar o espaço da secretaria cível, em virtude da falta de condições estruturais. A divisória caiu e ainda aguardam conclusão das obras do setor de Engenharia do Tribunal.

Conseguiram obra para trocar o forro, porque antes caíam fezes de morcego

Mônica Mackel Soares Fonseca  
Juíza Auxiliar da Corregedoria de  
Justiça das Comarcas do Interior

5



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

nas salas.

Os processos de réus presos são identificados com fita vermelha na capa, e ficam acondicionados em pastas na cor vermelha, em local separado no espaço da secretaria criminal.

Os processos de violência doméstica e familiar contra a mulher ficam separados dos demais, e os do Tribunal do Júri também ficam separados dos demais.

Há cerca de 100 (cem) processos pendentes de baixa/arquivamento, não tendo sido feito em razão do acúmulo de serviço e da carência de servidores, segundo informação do servidor lotado na Secretaria.

Há 439 processos criminais da Meta 02 do CNJ.

Com relação à Meta 4/2014 do ENASP/CNJ (julgamento de 80% das ações penais de crimes dolosos contra a vida cuja denúncia tenha sido recebida até 31/12/2009), a Secretaria não mantém controle dos processos nessa situação. Foi possível extrair os seguintes dados, de acordo com o Sistema Libra: há 88 processos distribuídos até 31/12/2009, dos quais 40 foram julgados. Cumprimento da meta em 45,45%.

Nos últimos 24 meses, foi realizada somente uma sessão do Tribunal do Júri, não havendo cadastro no Sistema Libra de julgamento do Tribunal do Júri desde 2013.

Há processos do Tribunal do Júri sem movimentação.

Os processos de execução penal estavam sem movimentação recente e verificou-se que as condições estabelecidas aos apenados em regime aberto não estão sendo acompanhadas.

O Salão do Tribunal do Júri está cheio de objetos, o que inviabiliza temporariamente sua utilização, em virtude da não conclusão da reforma. O juiz foi orientado durante a Correição, pela Exma. Sra. Desembargadora Corregedoria, a pedir uma sala na Câmara Municipal, ou em outro local, para realização do Júri que estava designado para o dia 16/09/2015.

A Secretaria criminal se encontra, portanto, sem sala própria, funcionando na sala destinada às atividades do serviço de assistência social.

Há 63 processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.

**OUTRAS OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:**

O imóvel do Fórum é antigo, e encontra-se sem condições adequadas para

Mônica Maciel Soares Fonseca  
Juíza Auxiliar da Corregedoria de  
Justiça das Comarcas do Interior

6  
R. Coutinho



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**



uma boa prestação jurisdicional, tendo se iniciado uma reforma há mais de cinco meses, que ainda não foi concluída.

As secretarias funcionam em locais improvisados, sem estrutura para atender os jurisdicionados, e sem conforto para os servidores. Dos 06 banheiros existentes no local, 02 se encontram interditados e os outros 04 funcionam de forma precária.

Não há acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais.

Há um assistente social concursado do TJPA.

Há 01 agente de segurança judiciário e há 03 (três) servidoras cedidas pela Prefeitura Municipal para atuarem nos serviços gerais, e 02 (dois) vigias noturnos cedidos pela Prefeitura Municipal, além das duas servidoras cedidas pelo Município, lotadas na Secretaria cível.

### **Encerramento da Correição:**

No dia 03 de setembro, houve o encerramento da Correição.

A desembargadora Corregedora esclareceu sobre o que foi observado durante a correição, expondo que as Cartas Precatórias estão paralisadas na Secretaria e também os processos de execução penal estão paralisados, alguns desde 2011. Há problema na alimentação do Sistema, não sendo dado baixa nos processos no Libra quando são sentenciados, o que gera impressão de elevação na taxa de congestionamento da Vara. Relembrou que na Secretaria não tem servidor com formação jurídica.

A Juíza auxiliar da CJCI ressaltou a importância de agilização dos processos que envolvem crimes de violência doméstica e familiar, havendo, inclusive, uma campanha nacional liderada pela Ministra Vice-Presidente do STF, através da qual todos os Estados da Federação estão engajados na conclusão dos feitos. Ainda é baixo o número de ocorrências no Estado do Pará, considerando, muitas vezes, o medo e o constrangimento da vítima em denunciar o companheiro ou marido, e se não forem julgados os feitos com a penalização do agressor, isso irá desestimular e desencorajar mais as mulheres vítimas de violência. Necessidade de resposta mais rápida da Justiça.

Foi ressaltado que há conclusões sem assinatura e sem data, há publicações que não estão sendo feitas; pendência de juntada de petições no Sistema e ausência





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



de certificação de data de recebimento de petições. Assessores jurídicos fizeram suas considerações sobre os trabalhos da correição. Necessidade de separação dos processos por ato processual ou por fase processual.

A desembargadora Corregedora ressaltou que há 5.621 petições pendentes de juntada.

O Juiz auxiliar da CJCI, Dr. José Antônio Cavalcante, expôs a situação verificada nos Cartórios extrajudiciais, ressaltando não ter encontrado irregularidades nos serviços, apenas a necessidade de efetuar melhorias na estrutura dos Cartórios.

O Juiz Antônio Carlos Koury falou, ao final, expondo que há poucos documentos e petições pendentes de juntada – apenas não é registrada a juntada no Sistema e por isso aparece um número expressivo no Libra. Explicou sobre as dificuldades com a tramitação dos processos.

Seguem, em anexo, planilhas com análise da movimentação de processos, por amostragem, das Metas 02, 04 e 06 do CNJ, Tribunal do Júri, Execução Penal e cartas precatórias, cíveis e criminais.

**RECOMENDAÇÕES À DIRETORA DE SECRETARIA:**

- 1 – Reorganizar os processos cíveis, por ato processual, para facilitar a localização;
- 2 – Priorizar a tramitação dos processos das Metas 02, 04 e 06 do CNJ, sobretudo, os da Meta 02, que se encontram em número significativo, tanto cíveis quanto criminais;
- 3 – Encaminhar ao Magistrado as cartas precatórias antigas, que já perderam o objeto, para que sejam devolvidas, com baixa no Sistema;
- 4 – Fazer mini mutirões com os servidores da Secretaria, para publicação dos atos judiciais e para atualizar a juntada de petições, com atualização no Sistema Libra;
- 5 – Certificar o trânsito em julgado dos diversos processos sentenciados, para ser dado baixa no Sistema, com arquivamento;
- 6 – Cumprir na íntegra as decisões judiciais, antes de devolver os processos ao gabinete do Magistrado;
- 7 – Realizar o controle das cartas precatórias para cumprimento, e a cobrança de cartas precatórias expedidas;
- 8 – Realizar cobrança periódica, com prazo máximo de 60 (sessenta) dias, dos processos com carga para o Ministério Público, para a Defensoria Pública e para advogados, pois há processos com carga para advogado desde 23/08/2007, e para o

Mônica Maciel Soares Fonseca  
Juíza Auxiliar da Corregedoria de  
Justiça das Comarcas do Interior

17

*[Handwritten signature]*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

MP desde 09/06/2009; \*

- 9 – Encaminhar os processos que se encontram em Secretaria aguardando conclusão ao Magistrado para análise de petição, os quais estão separados por nome do advogado da parte representada;
- 10 – Cumprir os atos nos processos que aguardam movimentação há mais de 100 dias (o Sistema Libra acusa 3.128 processos nessa situação); \*
- 11 – Datar e assinar as conclusões; ✓
- 12 – Certificar a data do recebimento das petições; \*
- 13 – Movimentar os processos de Execução Penal e do Tribunal do Júri e exercer controle sobre o cumprimento das condições do regime aberto; ✓
- 14 – Cadastrar as ações de improbidade administrativa nessa classe e não como ações ordinárias; \*
- 15 – Verificar, no Sistema Libra, o que corresponde a lixo eletrônico, dando baixa nos processos que não estão em tramitação, para redução da taxa de congestionamento de processos, pois há o número de 3.320 processos físicos, incluindo os da tramitação externa, e 5.155 no Sistema Libra, ou seja, uma diferença de 1.835 (mil, oitocentos e trinta e cinco) processos;
- 16 – Repassar, com antecedência, para o Gabinete, o cronograma de audiências, para cobrança, em tempo hábil, dos mandados de intimação de partes e testemunhas.

**RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:**

- 1 – Agilizar os processos de representação por ato infracional, para não prescreverem; ✓
- 2 – Agilizar a tramitação dos processos da Meta 02 do CNJ, que ainda se encontram em número significativo; ✓
- 3 – Agilizar a tramitação dos processos da Meta 04 e da Meta 06 do CNJ, bem como os da Meta 4/2014 do ENASP/CNJ;
- 4 – Observar a tramitação das cartas precatórias, para que não percam o objeto, expedindo ofício ao Juízo deprecante, sempre que necessário, para seja informado sobre interesse no cumprimento das cartas precatórias com prazo extrapolado;
- 5 – Desenvolver gestão na Secretaria, com distribuição de tarefas, sobretudo entre os servidores da equipe responsável pelos processos cíveis.
- 6 – Observar sempre a expedição das Guias de execução, e assiná-las

*Carvalho*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

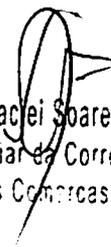


eletronicamente;

- 7 – Observar o prazo para análise dos autos de prisão em flagrante, pois havia flagrante analisado após 48 horas do recebimento;
- 8 – Dar baixa nas cartas precatórias antigas que já perderam o objeto, devolvendo-as ao Juízo deprecante;
- 9 – Movimentar os processos conclusos há mais de 100 dias (total de 63);
- 10 – Realizar as sessões do Tribunal do Júri nos processos que estejam prontos para designação da Sessão;
- 11 – Promover a movimentação dos processos do Tribunal do Júri e de execução penal que se encontram paralisados;
- 12 – Acompanhar o cumprimento das condições estabelecidas nos processos de execução penal no regime aberto.

**DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS APÓS A CORREIÇÃO:**

- 1 – Expedir ofício à Presidência do TJPA, solicitando designação de um servidor Analista Judiciário, bacharel em Direito, para a comarca de Igarapé Açu;
- 2 – Expedir ofício ao Setor de Engenharia do TJPA, solicitando a agilização na conclusão da reforma do Fórum de Igarapé Açu, iniciada há mais de 05 meses, considerando que o prédio do fórum está em precárias condições de funcionamento.

  
Mônica Maciel Soares Fonseca  
Juíza Auxiliar da Corregedoria de  
Justiça das Comarcas do Interior